



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

#### ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e doze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta Assembleia em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**PONTO UM** – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----

**PONTO DOIS** – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO E FIXAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA DAS TAXAS PARA VIGORAR EM DOIS MIL E TREZE DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, DE ACORDO COM O ESTIPULADA NA ALÍNEA A) DO NÚMERO SEIS DO ARTIGO SESENTA E QUATRO DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, NO RESPEITO PELO PREVISTO NO NÚMERO CINCO E UM DO ARTIGO CENTO E DOZE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E OITENTA E SETE BARRA DOIS MIL E TRÊS - DR NÚMERO DUZENTOS E SESENTA E DOIS DE DOZE DE NOVEMBRO QUE APROVOU O



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS COM AS ALTERAÇÕES DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – A BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOCE DE DEZEMBRO. -----

**PONTO TRÊS** – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA DOIS MIL E TREZE, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO VINTE DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA H) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS. -----

**PONTO QUATRO** – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DERRAMA PARA DOIS MIL E TREZE, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO CATORZE DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA F) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

**PONTO CINCO** – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS, CUJO PRAZO APÓS A SUA ABERTURA JÁ DECORREU MAIS DE SEIS MESES. -----

**PONTO SEIS** – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL COM A AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES. -----

**PONTO SETE** – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO À CLÁUSULA QUARTA DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS. -----

**PONTO OITO** – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE PESSOAL PARA O SECTOR DA MUSEOLOGIA. -----

### -----PERIODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos [Assembleia Municipal de Almeirim – Acta Nº18-Outubro/2012 – Quadriénio 2009/2013 – Pág: 2 de 47](#)



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Ana Sofia Casebre; Manuel, Manuel Botas Soares; Maria José Duarte Serôdio Dias; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Augusto Felício Reguinga; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Aquilino Manuel Pratas da Silva; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria José Cardoso; Duarte José Velhais da Mota Cerveira; João Miguel Gonçalves Lopes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Samuel Amorim Proa; Susana Margarida Fernandes Mendes; Pedro António Mendonça Ramos; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor Pedro Miguel Ribeiro (Vice-presidente); Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), e Maria de Fátima Rodrigues Pina (Vereadora). -----

Registo de faltas do Executivo Municipal: Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara) e o Senhor Nuno Pinhão Fazenda (Vereador). -----

Registo de faltas da Assembleia: Não se verificaram faltas. -----

Sendo vinte e uma horas e dezasseis minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite ao Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia, estão os vinte cinco deputados que compõem esta Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de vinte e oito de Setembro de dois mil e doze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para apreciação da acta do mês de Junho. -----

Ninguém se quer pronunciar sobre a acta? -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Vou colocar a acta a votação. -----

----- \* Votação da acta do mês de vinte e nove de Junho de dois mil e doze – aprovada por maioria com dezanove votos a favor, catorze do Grupo do PS, três do Grupo do MICA, um do Grupo do PPD/PSD e um da CDU. Cinco abstenções, duas do Grupo do PS, uma do Grupo do PPD/PSD e duas do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» A minha abstenção é pelo facto de não ter estado presente nesta sessão. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MARIA JOSÉ CARDOSO (Grupo da CDU) »» As razões da minha abstenção são iguais à do Deputado Pedro Ramos. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUEL VIRGINIA LOURENÇO** (Grupo do PS) »» As razões que me levaram a abster nesta votação, é pelo facto de não ter estado presente na sessão deste órgão que se realizou no passado mês de Junho. -----

-----PERÍODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Assuntos de Interesse Local -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Em primeiro lugar, gostaria registar que não tivemos acesso às actas das reuniões de Câmara, do período sobre o qual nos vamos debruçar nesta Assembleia. Que fique registado, para que a CDU possa tomar as devidas medidas, na sequência destas sucessivas faltas das actas que são um documento, considerado por nós fundamental para o exercício dos nossos plenos deveres como eleitos nesta Assembleia. Um dos nossos deveres é, o dever de fiscalização dos actos e decisões da Câmara e acompanhamento dos seus actos. -----

Segunda questão, como eleita pela CDU, no quadro desta Assembleia na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo gostaria de trazer aqui alguma informação. Na última Assembleia Intermunicipal, e por iniciativa da CDU, foi debatido o estado dos Serviços Públicos no nosso Distrito. É ainda de registar que esta Assembleia Intermunicipal foi a primeira, desde que fui eleita, com público a assistir. Contou com a participação das Comissões de Utentes dos Serviços Públicos do Distrito, nomeadamente a de



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Almeirim, que fez uma informação através da sua representante, do mau estado da prestação dos serviços ao nível da saúde em Almeirim, por carência de médicos, mas também por encerramento sucessivos dos serviços e dos horários dos mesmos, nomeadamente no centro de saúde de Almeirim e nas extensões localizadas nas freguesias. -----

Terceira questão; teremos oportunidade de falar mais tarde de um assunto que de alguns tempos a esta parte, tem trazido muito público a esta Assembleia, público esse que tem muito a ver com uma questão mal resolvida e mal tratada, por parte da Câmara Municipal de Almeirim, a questão dos trabalhadores da ex-Aldesc, por isso não o vou fazer agora aqui no quadro do PAOD. Vou usar o meu tempo de PAOD, para antes de passar à apresentação informática, saudar a manifestação que vai ocorrer amanhã, da CGTP, onde por certo os trabalhadores deste País, vão dar uma grande resposta, tal como muita gente já o fez no dia quinze, em protesto às medidas que o Governo está a tomar e que estão a pôr muitos portugueses na miséria e o País completamente de rasto. Por isso, apelava a todos os que andam descontentes, e suponho que são muitos, a marcarem presença nessa manifestação que ocorre amanhã em Lisboa. -----

E se é verdade que estaríamos um bocadinho menos mal se os dinheiros públicos, no passado, tivessem sido mais bem gastos, esse é, aliás, um dos álibis que o PSD utiliza, mas que no entanto, não lhe dá nenhuma razão, até porque ele também pactuou nos maus gastos dos dinheiros públicos. Mas é verdade que houve muito dinheiro público mal gasto e vou dar o exemplo com a Vala Real. -----

(projecção em suporte digital de fotografias da Vala Real onde se pode ver a degradação da qualidade das águas devido à eutrofização das mesmas) Trago aqui algumas imagens e fotografias feitas em Agosto deste ano na Vala Real, por activistas dos Verdes desde Concelho, porque obviamente alguns de nós, passamos diariamente, em cima da ponte da Vala e tivemos curiosidade em ver como é que o resto da Vala estava, pois quando passamos na ponte, as coisas não estão muito apelativas.-----

(Projecção foto) Aqui está uma fotografia da Vala junto à ponte. O estado da água como podem ver não é aquele que se espera de um curso de um Rio ou de uma Valinha. Mas é que as coisas vão de mal para pior. )-----

(Nova fotografia)Trago-vos a paisagem que encontrámos, seguindo pela estrada



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

paralela a vala, que vai dar à Quinta dos Margarides. Já enviamos estas fotos, por via do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, na Assembleia da República para o Ministério do Ambiente e fizemos uma pergunta escrita que eu julgava que já tinha sido enviada para esta Assembleia Municipal e que fazia parte do correio, mas talvez não! ----- Vou-vos passando as fotografias daquilo que encontramos. ----- Devo dizer que nesta viagem nós fomos a Alpiarça primeiro, a um sítio onde se faz a feira do melão, para ver se o problema da degradação da qualidade da água e da eutrofização já vinha de Alpiarça, não, o problema não vem de Alpiarça. Em Alpiarça, a água estava boa. O problema na Vala Real só começava abaixo da entrada da valinha que vem da ETAR. A partir daí a água já não tinha a qualidade que se exige. --- (fotografias dos dois açudes, construídos pela Câmara Municipal de Almeirim na Vala Real, um deles é o do Pego da Rainha) Vocês aqui estão a ver um açude, o açude que a Câmara fez na Vala na zona do Pego da Rainha e outro mais acima. Como podem ver, estes açudes contribuem, ao reterem as águas para agravar a eutrofização, o que acontece principalmente no verão porque há menos caudal e mais calor. Situação que se agrava ainda sempre que há uma descarga que não venha na qualidade devida, e aparentemente os efluentes que vêm da ETAR parecem não vir ainda na qualidade exigida, e poderá ainda haver depois outras descargas e fontes de poluição a jusante. Não deu para andar a ver em todo o lado. ----- Como todos sabem, no início de dois mil houve grandes gastos na limpeza da Vala. Esses gastos começaram ainda no tempo do escudo. Tudo isto custou muito dinheiro, o estudo de impacto ambiental para limpar a Vala, se não me engano, custo cerca de trinta mil ou cinquenta mil contos. Depois, foram gastos milhões na limpeza da Vala e o trabalho ficou mal feito, depois foram investidos não sei quantos milhões para recuperar os combros da Vala Real e criar condições para o seu aproveitamento em termos de lazer.----- (fotografias dos circuitos pedestres e para bicicletas nos combros da Vala completamente degradados) Aqui estão as condições para o lazer! Aqui está as zonas previstas nos combros da Vala para o lazer. Tudo degradado, tudo ao abandono como podem ver. ----- (fotografia do painel dos fundos comunitários atribuídos a esta intervenção) E aqui está a placa dos fundos comunitários e do dinheiro que se gastou, isto há muito pouco tempo como podem ver. Aliás o PS na última ou na penúltima, campanha eleitoral até



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

tirou lá uma fotografia com os candidatos de bicicleta. Não se lembram? Aqui está os nossos espaços de lazer tão bem aproveitados com a iniciativa camarária da área do desporto e lazer.----- (fotografia do Pego da Rainha) E aqui está o açude do Pego da Rainha, e como vêem, a água fica retida por estes dois açudes, o que agrava o seu mau estado. Por isso a sugestão que eu trazia aqui, era que a Câmara Municipal tivesse em atenção o facto que estes açudes, que foram criados no sentido de dar origem a um espaço piscatório, no Verão quando há menos caudal, devem ser geridos por forma não impedirem a passagem das águas. Talvez tenha de ser feita uma abertura provisória para que a situação que aqui vemos não volte a acontecer. Para que os dinheiros públicos investidos sirvam, através da sua manutenção da Vala Real para o nosso bem-estar e para o nosso desenvolvimento, e não só para de pretexto para que qualquer Governo nos venha apertar ainda mais o cinto. ----- Ausentou-se da sala para não regressar ao seu lugar o Senhor Deputado Aquilino Fidalgo da Bancada do MICA. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM**»» Boa noite a todos. ----- Foi agradável escutar a Senhora Deputada Manuela Cunha. Se calhar a senhora deputada não se lembra como era a Vala antes de estar intervencionada pela autarquia. Talvez até muitas das pessoas aqui presentes não tenham conhecido a vala de antigamente. ----- Antigamente nos meus tempos de rapaz, como há pouco ouvi, era a piscina de Almeirim. -----

Estar-se nesta assembleia a culpar Almeirim pelo que está a acontecer na Vala é pouco razoável, até porque neste momento temos a COMPAL que tem uma ETAR própria, que trata devidamente as suas águas, e que penso não estar a debitar água para aquele curso. Pergunto, não será que isso vem de trás? De Alpiarça? Só se fala de Almeirim? -----

Lamento de facto que não se possa fazer, inclusivamente dentro da Assembleia de freguesia, uma Comissão de acompanhamento da Vala. Estou disponível para acompanhar essa Comissão. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Só para lembrar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim, que a minha idade não é assim tão pouca, pelo que me dá o direito de ter conhecido a Vala em muito bom estado, onde os populares iam à pesca e tomar banho e ter conhecido o Vale Virgo, destapado e não canalizado. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

De facto conheci tudo isso como era antigamente, e também conheci tudo o que veio depois e denunciei, as fontes poluidoras. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim esteve muito desatento ao que eu disse, mas se quiser, posso lhe mostrar as fotografias tiradas no mesmo dia em Alpiarça, e verá que o estado da água em Alpiarça estava bom, aliás se tivesse ido à feira do melão também tinha visto. -----  
Esta situação demonstra que a ETAR ainda não está a cumprir tão bem como devia, e que pode haver outras fontes poluidoras. O que é feito do Protocolo com o Grupo de Marinheiros? Gostaria que a Câmara me respondesse. Havia um Protocolo, recebiam até um dinheiro razoável para vigiar a Vala, isto já não existe? Existe ainda? -----  
Mesmo sem haver fontes poluidoras, há também um facto da nossa responsabilidade colectiva como Município, que são os açudes, que no Verão tem de ser repensado, não quer dizer que não hajam açudes, mas talvez no Verão, quando há menos caudal, tenha que ser feito uma abertura com uma passagem maior, porque a água precisa de circular, para haver oxigenação, é simples e básico. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» O assunto está muito interessante, mas quero alertar todos os senhores deputados que estamos a demorar muito tempo, pelo que lhes peço que sejam breves nas suas intervenções. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM** »» Gostaria de dizer o seguinte, nós para irmos a uma festa, nomeadamente do melão, temos de ser convidados. -----

Relativamente à poluição, acredito que ela não seja só responsabilidade de Almeirim. Peço à Assembleia que crie uma Comissão que acompanhe a Vala de Almeirim. -----

**DOMINGOS MARTINS** (Grupo do PS) »» Gostaria de prestar um pequeno esclarecimento, efectivamente as pessoas dizem conhecem todos os locais e que conhecem tudo, e comentam os temas da forma que lhes dá mais jeito. É natural que junto à feira do melão em Alpiarça não se veja a vala poluída, seria bom que se percebesse onde é que se descarregam os esgotos pluviais, e onde se descarregam os esgotos e eventuais descargas poluentes que vem para a Vala, assim como das fotografias que podemos observar, onde há alguns comentários sobre serviços em madeira que estão degradados, mas pelo que sei essa degradação está no Concelho de Alpiarça. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO** »» Boa noite meus senhores e minhas senhoras, caros deputados. -----





## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

As minhas palavras vão no sentido de elogiar a atitude da senhora deputada Manuela Cunha pelo facto de ter a obrigação, penso que é intrínseco do Partido Ecologista Os Verdes, de trazer a todos os locais este género de alertas, relacionado com a poluição. Também penso que a poluição não existe só na vala de Alpiarça. Como nós somos de Benfica do Ribatejo, e como estamos mais abaixo, apanhamos com tudo. -----

Tenho pena que o Os Verdes e a senhora Deputada só tenham preocupações com Almeirim, e na Freguesia de Almeirim. -----

É pena não se fazer este género de alertas noutras freguesias e noutros Concelhos, talvez assim o assunto fosse melhor resolvido. -----

Gostaria de aproveitar o momento para chamar à atenção para outro género de poluição, que embora não diga directamente respeito ao Verdes, que é o facto dos placares que a Coligação da CDU tem espalhado por tudo o que é edifícios. Em Benfica do Ribatejo estão uns placares feitos pela CDU, há anos que lá se encontram, cheios de ferrugem que nada dignificam o local onde estão. Vamos para outros locais e monumentos emblemáticos, lá se encontram os mesmos placares colocados em locais que perturba o aspecto paisagístico e ferem visualmente que visita esses locais.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**»» Senhora deputada, vou-lhe dar a palavra neste período pela última vez. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Ao deputado Domingos Martins, gostaria de lhe dizer que há pessoas que falam de tudo e não dizem nada. Foi o seu caso. -----

Os activistas de Os Verdes foram ver de onde vinham as fontes poluidoras, e não teríamos problema algum em denunciar a degradação caso ela começasse ou viesse do Concelho de Alpiarça, como não temos problema de denunciar em nenhum lado. Porém a degradação só começava em Almeirim. Mas também é verdade que não vimos para a Assembleia de Almeirim tratar de problemas de outros Concelhos a menos que eles venham desaguar ao nosso Concelho. Aqui tratamos é dos nossos problemas. -----

Quanto aos pontos de descargas de afluentes e de fontes poluidoras na Vala, conhecemo-los muito bem e fomos nós que os detectamos e denunciámos sempre. --

Sei que por vezes deixamos alguma coisa para fazer para o SEPNA, como dantes deixávamos para a Comissão de Marinheiros, afinal a Câmara estava a pagar-lhes para quê? Não era para vigiar a Vala? Até tinham um barquinho. -----

Relativamente a Benfica, nós fomos até à freguesia, mas não trouxe as fotografias



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

todas, pois não teria tempo aqui para falar, Peço desculpa, mas para a próxima trago todo o percurso feito, mas já sei que depois não me deixam intervir. -----Se o Senhor Presidente da Junta considera que há sítios onde os cartazes da CDU não estão bem colocados, eu peço para me fazer chegar essa informação. Eu não conheço assim tantos monumentos em Benfica, mas se calhar é distração minha. Se me disser qual é o monumento que refere de Benfica, nós talvez até o possamos propor para classificação. Se a CDU está a conspurcar um monumento, com um cartaz velho, eu serei a primeira nas reuniões da CDU a pedir o seu levantamento. E se o monumento tiver uma importância histórica relevante, serei também aqui a primeira a defender a sua classificação, tal como fizemos para Paço dos Negros. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO** »» Quando me referiu a monumentos emblemáticos, falei Benfica e não só, até porque a minha vida profissional permite-me circular por muitos locais deste país. ----- Quanto ao monumento histórico em Benfica, um deles é o Mercado Municipal. Se hoje não está lá um desses cartazes, foi porque a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo teve o cuidado de o retirar. -----

Mas existe um outro colocado à entrada de Benfica, junto à escola primária, também este sem dignidade, que lhe peço que o remova, para não dar um mau exemplo às crianças daquela escola. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vou agora dar a palavra ao Executivo Municipal, para que possa responder às questões levantadas sobre este assunto. Dada a ausência do Senhor Presidente, pergunto ao Senhor Vice-presidente Pedro Ribeiro se deseja intervir? -----

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Muito obrigado Senhor Presidente. ----- Quando comecei a ver estas fotografias estava à espera de ver imagens com milhares de peixes mortos, felizmente que não vi, mas tenho a certeza se os houvesse, a senhora Deputada teria trazido essa reportagem fotográfica. Digo isto, porque talvez há uma década houve realmente um conjunto de problemas com os peixes mortos na Vala. O Senhor Deputado Domingos Martins, na altura era Vereador na altura e penou bastante naquela altura, até porque a mortandade dos peixes era grande. Foi aliás por causa disso que a Câmara Municipal de Almeirim, apesar de não ter qualquer intervenção directa naquele espaço, tem vindo a pedir autorizações à Administração Regional Hidrográfica, antiga Hidráulica, para se perceber, para fazer os ditos diques,



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

dique esses que tem garantido caudais mínimos, e tem garantido o nível de água, que acabou com a morte dos peixes, e é isto que se deve dizer. Eu sei que a Senhora fica muito preocupada, e também não é por acaso que isto é trazido este ano. Eu facilmente percebo e esse é um juízo de valor político que se não houver aquele nível de água, e com as temperaturas que temos vindo a ter nos últimos anos, com quase toda a certeza, vai haver muito peixe morto. E aquilo que acontecerá depois, é que a Senhora vem aqui a uma Assembleia Municipal, trazer as fotografias do peixe morto. O que a Senhora quer é que não façamos os diques para ter uma desculpa para vir falar, mas isso não lhe vou dar. Não lha dou por variadíssimas razões, porque a Senhora diz que o caudal da água com os diques é menor. Isto são umas contas de matemática. -----

O caudal é menos enquanto os diques estão a encher, que dura cerca de vinte e quatro horas. Nós temos cuidado inclusivamente de quando fazemos os diques, e até porque há influência das marés onde os diques são feitos, nós temos o cuidado de fazer os diques numa altura em que há a maré cheia para não haver problema. O que está feito não é para ninguém andar a pescar, o que foi feito não é para regas, está feito para garantir um caudal mínimo para que não haja a morte dos peixes. -----

Segunda questão, a Senhora mostrou ali algumas imagens de jacintos e erva pinheirinho e outras infestantes, que realmente estão junto dos diques, que é uma coisa razoavelmente normal. Quero dizer-lhe que os Marinheiros continuam a fazer o seu trabalho e se a Senhora ver bem o que p Concelho de Almeirim e o Concelho de Alpiarça, verifica a diferença, porém, nós temos um problema como há pouco foi dito, nós recebemos tudo. O que acontece é que muitas das vezes os Marinheiros tem o nosso Concelho perfeitamente limpo, e desprendem-se um conjunto de tufo de jacinto de outros Concelho que na corrente vão ter ao nosso Concelho. -----

Há ainda mais uma questão que gostava de esclarecer. A Senhora diz que a poluição é no Concelho de Almeirim e que é da ETAR. Eu tenho a certeza que se a Senhora tivesse números os dados sobre a ETAR, os tinha apresentado, e não os apresentou porque a ETAR está a funcionar. Eu sei que este facto lhe custa muito, sei que é um problema porque a Senhora é contra tudo o que é empresas, aliás é contra tudo o que é fazer alguma coisa, e ainda lhe custa mais, porque dentro da sua coligação existe um conjunto de autarcas que defendem aquela empresa, e portanto eu percebo que isto lhe custe do ponto de vista político, mas se tiver problemas na ETAR, diga quais



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

são esses problemas. Eu digo-lhe que houve um problema numa estação elevatória que está identificada, porque foi alvo de notícia, que está identificada pela empresa Águas do Ribatejo, e por parte da Câmara de Alpiarça, onde foi detectada uma descarga no ramal de ligação da empresa MONLIZ, confirmada pelo documento anexo, cujos resultados comprovam as suspeitas, dado se tratar de águas industriais residuais não tratadas com elevadas cargas orgânicas e ph ácido. -----

Com é óbvio, este assunto é posterior a Agosto, mas também sabe que esta empresa fez um investimento de vários milhões de euros, e também sabe que não terá sido só em Setembro que fez estas descargas e portanto a questão +e esta, se há algum problema naquilo que é a saída da ETAR presente para nós informar mos a empresa Águas do Ribatejo. -----

Sobre os diques, se quer que a Câmara de Almeirim deixe de fazer os diques, só tem de fazer uma coisa, entendesse com a Administração Regional Hidrográfica, faz os requerimentos todos que entender, porém fica a saber uma coisa, é que se para o ano que vem houver morte de peixes por não haver diques a culpa é sua. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Gostaria de fazer a defesa da honra em meu nome e da CDU, visto que agora lhes deu um jeitão ter a montante uma Câmara CDU, a montante em termos de rio. Se a Câmara da CDU fosse a jusante tinha sido uma chatice. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora Deputada, antes de eu a autorizar a intervir já a Senhora iniciou a sua explicação. Uma vez que já começou, acabe. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Senhor Pedro Ribeiro o Senhor de facto é impressionante, mas só impressiona alguém que não perceba nada de afluentes e de descargas. Por isso pode ter impressionado alguém, mas a mim não. Gostei muito do seu discurso, você esforça-se muito para o seu futuro mas isso não resolve o problema da nossa Vala Real. De facto, por vezes não há peixes mortos por um conjunto de razões e neste caso, o Senhor não vê aqui os peixes mortos porque eles já não vão para ali, os peixes não são tontinhos. Qualquer espécie tem reacções de sobrevivência. Os peixes quando verificam que estão em águas impróprias não vão para lá. Se há águas melhores a montante, vão para montante, se há águas melhores a jusante é para lá que vão, e isto passa-se assim, as espécies tem a sua auto-defesa, senão já tinham desaparecido todas do planeta. -----

Foi muito grave aquilo que o Senhor Pedro Ribeiro aqui disse, porque vejam lá, apartir



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de agora ao primeiro peixe morto que aparecer na Vala, sou eu a culpada! Se calhar sou, porque enfim, porque também tenho os meus esgotos a irem para a ETAR, como qualquer outro cidadão deste Concelho.-----

O Senhor Vereador Pedro Ribeiro tem de aprender a ouvir, sempre foi um problema seu, você não sabe ouvir o que os outros dizem, começa logo a preparar a resposta antes de escutar tudo, e começou a pôr-me palavras que eu não disse, fez -me acusações em relação à ETAR de coisas que eu não disse assim. Não disse que a ETAR estava a poluir, disse que os seus efluentes ainda não tinham a qualidade exigida. O Senhor é que acaba, e ficou registado em acta, de acusar uma empresa de Alpiarça de ter feito mais do que uma descarga, de estar constantemente a fazê-lo. Eu nunca faço isso com nenhuma empresa deste país, antes de averiguar ao vivo. Mas o Senhor faz e até sabe que aquela empresa não fez só a descarga, que foi denunciada e que já é posterior à data destas fotografias. Segundo o Senhor Vice-Presidente a empresa tem feito outras, na clandestinidade, por isso acho muito bem que fique registado, que é para o Ministério Público averiguar se é verdade. O Senhor é que faz acusações sem fundamento. -----

Gostaria de dizer que informarei os meus companheiros de Coligação de Alpiarça das sucessivas acusações e também do “bate bate” constante desta Assembleia relativo ao Concelho de Alpiarça. É que eles de facto, quando têm uma descarga também a denunciam e ficam preocupados, mas o que é verdade é que no dia destas fotografias, sorte a deles, não tinham nenhuma, mas nós já tínhamos este estado de degradação no nosso Concelho e desse não nos “safamos”. -----

**VICE-PRESIDENTE** »» A Senhora Deputada quer fazer-me dizer aquilo que eu não disse. Primeiro, ninguém está a acusar a Câmara de Alpiarça, com quem temo óptimas relações, quer do ponto de vista institucional, quer do ponto de vista pessoal, Não sei se a Senhora do ponto de vista pessoal pode dizer o mesmo. Eu posso entendendo-me muito bem com qualquer um dos eleitos. Fica também a saber que colaboramos todos, porque sabemos todos quais são as dificuldades. -----

Em relação à questão da MONLIZ, e aquilo que lhe disse desta descarga de agora, são dados que vão ser notificados pela empresa Águas do Ribatejo e que a Câmara Municipal de Alpiarça tem conhecimento. O que eu lhe disse é que não me espanta nada que quem faz uma vez o possa ter feito outras vezes. -----

Por último, gostava de a convidar, para se deslocar ao Pego da Rainha, penso que



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sabe onde é, fica entre os dois diques, para ver os milhares ou as dezenas de milhares de peixe que lá existem. Portanto, se eles andam a fugir, parece que andam a fugir para o sítio errado, segundo a sua perspectiva. Era ali efectivamente que quando havia problemas eles morriam. Morriam por uma questão de não terem água suficiente e sem essa água não havia oxigénio suficiente. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Antes de continuar esta Assembleia, gostaria de pedir desculpa aos Senhores Deputados que estão presentes pela primeira vez nesta Assembleia e a quem me esqueci desejar as boas vindas, ao Senhor Augusto Reguinga e à Senhora Maria José Cardos, a quem desejo na verdade boas vindas e melhor sorte no desempenho destas funções. -----

Passamos então a apreciar o voto de louvor que foi distribuído pelos Senhores Deputados proveniente do Grupo da CDU, e que diz respeito à Direcção da Escola Secundária Marquesa de Alorna. -----

### -----VOTO DE LOUVOR-----

Na sequência da nova reorganização escolar no Concelho de Almeirim, a equipa que assumiu a Direcção da Escola Secundária Marquesa de Alorna, durante os últimos anos, cessou funções. -----

Considerando que a educação e formação plena dos nossos jovens, a defesa de uma escola pública de qualidade e a interacção harmoniosa com a comunidade local, nomeadamente com os órgãos do Município, foram alguns dos traços que caracterizaram a gestão desta equipa durante os sete anos que dirigiram a escola Secundária do nosso Concelho. -----

A Assembleia Municipal de Almeirim reunida no dia vinte e oito de Setembro de dois mil e doze delibera aprovar um Voto de Louvor à Dr<sup>a</sup> Anabela Botelho, à Dr<sup>a</sup> Natividade Batista e ao Dr<sup>o</sup> Joaquim Borda d'Água pelo honroso desempenho das suas funções na Direcção da Escola Secundária Marquesa da Alorna em Almeirim. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Gostaria de informar esta Assembleia da forma desalegantante como a administração de Educação, os representantes do Governo na região, trataram estes elementos, que durante muitos anos deram muito de si à escola, alguns deles, como é o caso da professora Anabela Botelho, mesmo antes de ser membro desta direcção, já tinha sido presidente do Conselho Directivo por eleição directa dos seus pares. Estas pessoas só foram informados pela Administração da Educação que deixavam de estar à frente da Direcção da escola no dia da tomada de



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

posse dos outros elementos, o que é uma deselegância total na forma de proceder. Este foi só um aparte para conhecimentos da Assembleia Municipal de Almeirim. -----

----- \* **Aprovado por maioria**, o voto de louvor à Direcção cessante da Escola Secundária Marquesa de Alorna, com dezasseis votos a favor, nove do Grupo do PS, dois do Grupo do MICA, dois do Grupo do PPD/PSD e três do Grupo da CDU. Sete abstenções do Grupo do PS.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM** »» O meu voto favorável foi no sentido de homenagear também uma Senhora que tive oportunidade de conhecer e trabalhar, um exemplo profissional a seguir. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar a apreciar uma proposta do Grupo do Partido Socialista, que solicita a esta Assembleia a constituição de uma Comissão que faça o acompanhamento dos concursos. -----

-----PROPOSTA-----

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almeirim constatando a necessidade de ser constituída uma Comissão que faça o acompanhamento dos procedimentos dos concursos promovidos pelo Município de Almeirim, julgados necessários, vem nos termos da alínea j) do artigo quatro e cinquenta e cinco, ambos do Regimento da Assembleia Municipal de Almeirim, conjugados com o artigo cinquenta e três, alínea j) da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações que foram introduzidas pela Lei cinco - A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, propor a constituição da Comissão propondo que pelo Grupo do Partido Socialista façam parte os seguintes elementos; Jorge Alexandre de Castro Veiga Dias, Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro, Teresa Isabel Almeida Filipe e Manuel Botas Soares. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Relativamente à indicação dos restantes elementos indicados pelos respectivos Grupos, podem ser indicados antes desta votação ou então se concordarem, nos próximos oito dias junto de secretariado da Assembleia.-----

----- \* **Aprovado por unanimidade** a proposta para a constituição de uma Comissão de acompanhamento dos procedimentos concursais. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Antes de entrar no período da ordem do dia, queria dar-vos conhecimento de um outro assunto. O Senhor Deputado Manuel Luís Bárbara tinha sido eleito como representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Lezíria II. Apresentou agora a sua vontade de se demitir, pelo que vamos ter necessidade de o substituir brevemente. Apelava a que cada um dos grupos pensasse no assunto, para que na próxima Assembleia me fizessem chegar e forma de proposta a indicar o elemento que consideram adequado para nos representar neste Conselho do ACES. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

**PONTO UM** – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Sobre esta informação a CDU tem a dizer que tudo continua como sempre: as frases "chapa zero" que se repetem de informação para informação, como por exemplo "continuamos...". Para resumir, gostaríamos de dizer que algumas obras repetem-se tantas vezes, de informação para informação, que temos de concluir que em Almeirim as obras são todas da Santa Engrácia. Mas, não podemos deixar aqui algumas observações, como por exemplo: a iluminação do troço da circular urbana entre a EM 578 e a Rua de Coruche. Só se foi colocada na noite passada, porque ontem ainda não estavam lá as luzes. -----

----Gostaria de fazer algumas perguntas, que eu não trarei escritas porque as perguntas colocadas na Assembleia Municipal fazem-se oralmente e porque elas ficam registadas na acta, e às quais espero obter resposta. -----

Diz aqui que foi encomendado um projecto urbanístico para o parque das merendas na Raposa e outro para o Edifício do Hospital da Ordem III. Nós achamos bem, mas





## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

gostaríamos de saber qual o preço destes projectos. -----

Gostaria de relembrar aqui uma coisa a propósito da informação que aqui vem relativamente ao facto de ter sido adjudicado o arranjo paisagístico do espaço atrás do Edifício Alfa, do qual também gostaríamos de saber o custo específico, é que era bom aproveitarem esta intervenção para resolver o problema das garagens que são muito perigosas para as crianças, e que já numa destas Assembleias, foi aprovada uma Recomendação no sentido de serem tomadas medidas por forma a acautelar a segurança e a prevenir um possível um acidente. Se algum dia lá houver um acidente, o Vereador Pedro Ribeiro ainda vem para aqui dizer que a culpa é minha. Mas sobre este assunto não podem dizer que não foram avisados, aquilo é mesmo perigoso e as crianças são pouco previdentes. -----

Gostaríamos de saber os custos de todos os arranjos paisagísticos que aqui vem.--- Também gostaríamos de ter um pouco mais de informação sobre o concurso da ALDESC, que aqui vem. Mas não deixo de notar a esse propósito que esta informação escrita, continuando a não cumprir plenamente os preceitos legais, pois a informação sobre as empresas nas quais a Câmara participa, não há nenhuma, se não o facto de a Câmara participar nessas empresas. Já dissemos que isso não é informação que se deve dar aos Deputados aqui presentes, é um bocadinho mais, um bocado mais. ---- Nós não podemos deixar de observar que em nota de rodapé, vem uma informação dada como se se tratasse de uma coisita de trazer por casa, dum pequeno esquecimento, como quando escrevemos uma carta a um amigo a quem esquecemos de dizer que a Tia estava doente, e então pomos em baixo da carta "PS": A Tia está doente. Também aqui a informação do Presidente trás um "PS": "Temos um processo em tribunal". Por acaso é um processo do PS, pois a Câmara é PS. Mas desculpem lá, isto é uma brutal falta de dignidade e de respeito pelos órgãos das autarquias e pelos deputados desta Assembleia. É óbvio que desta vez não podia deixar de por aqui o "PS", porque tendo eu assistido ao processo em tribunal, também era chato, não vir aqui essa informação. Por isso tiveram de a pôr à força, pois eu tinha a informação em directo e ao vivo, estava lá. Não vou obviamente falar do processo, porque não é para aqui chamado. Mas a informação sobre os processos judiciais que o Senhor Presidente tem de apresentar aqui , não é só esta, há outros processos em tribunal, para além de aquele a que eu assisti, postos por outros trabalhadores, nomeadamente no tribunal administrativo, processos que não vem aqui na



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

informação. Tem de haver aqui uma informação correcta sobre os processos judiciais. Não é uma “lenga lenga”, mas é uma informação que diga quem os pôs, contra quem, se é a câmara contra alguém ou alguém contra a Câmara e qual a razão. Este processo é de trabalhadores da Piscina, mas não ficamos a saber porque é que os trabalhadores puseram a Câmara em processo, o que é que está em causa nesse processo, e temos o direito de o saber, e temos o dever de reclamar esse direito. Nós pela nossa parte cumprimos sempre com esse dever, reivindicando essa informação, os senhores não cumprem com o vosso dever de nos informar. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos. Excelentíssima Mesa, excelentíssimos deputados, vereadores, público e jornalistas presentes. -----

Sobre esta informação escrita, já vem sendo mais que habitual, aliás há sete anos quando eu e o Senhor Augusto Reguinga começámos aqui numa Assembleia Municipal até hoje, nunca vimos a Lei a ser cumprida nesta informação escrita. Tal como já foi referido pela Deputada Manuela Cunha, os processos judiciais de acordo com o artigo sessenta e oito, número quatro, não estão nesta informação escrita, os anexos e as contas das associadas de acordo com o artigo cinquenta e três número um alíneas c) e d) também não foram distribuídos. Apesar de continuar a não ser cumprida, tal como já disse anteriormente, nunca deixarei de dizer, até porque quero que isto conste e fique em acta que a Lei, infelizmente, neste Município não é para ser cumprida. -----

De igual forma gostava de ver aqui referido qualquer coisa que já tivesse acontecido relativamente á Comissão Municipal da Juventude. Nada está aqui referido porque nada aconteceu. -----

Relativamente à actividade da informação escrita, teci uma crítica na última Assembleia Municipal porque normalmente a informação que é dada aos deputados que fiscaliza a actividade do executivo, é uma informação do género "levaram-se a efeito actos culturais na Biblioteca e no Cine-teatro". Ora, obviamente o que se espera que haja na biblioteca e no cine-teatro são actos culturais, ninguém está à espera que lá se façam vendas de melão. -----

O que gostávamos de ver aqui escrito, eram quantas peças de teatro, quanto espectadores, a boa adesão do publico, no fundo saber exactamente o que aconteceu, e não aquilo que é óbvio. -----

O mesmo acontece sobre as exposições na galeria municipal. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No entanto nesta informação escrita há uma melhoria pois retiraram o ponto em que diziam, que “continuaram recolher os resíduos sólidos” e adicionaram, e ainda bem, e se por ventura os comentários que fizemos serviram para alguma coisa, informação relevante relativamente a saúde, educação, acção social e programas de inserção e formação. Assim sempre deu para efectivamente sabermos mais alguma coisa. É mais algo deste género de informação que nós estamos à espera. Não sabemos quem foi o vereador ou vereadores responsáveis por ela, mas ainda bem que foi feita. -----

Relativamente aos processos judiciais, enfim, era impossível fazer o mesmo que se tem feito no passado, pois era difícil esconder que existe um processo judicial dos trabalhadores da ALDESC. Como era impossível esconder, no final do documento, em letra pequena, encontra-se uma nota, depois da assinatura do Senhor Presidente a dizer; "Corre termos em tribunal o processo interposto por alguns trabalhadores das Piscinas contra a Câmara". -----

Como este processo era impossível de esconder colocaram alguma coisa. Aquilo que a própria Lei quer, é que os processos judiciais pendentes e o estado actualizado dos mesmos sejam mencionados. Mas, para o executivo não convém dizer o estado actualizado dos mesmos, até porque o que vai acontecer com este processo, e que obviamente toda a gente está à espera é que a Câmara o perca. Portanto não convém dizê-lo. -----

Relativamente às contas, as dívidas a fornecedores tem apresentado valores muito mais elevados do que nos anos anteriores. Inclusive, as dívidas a fornecedores neste momento são de cerca de um milhão e quinhentos mil euros, no entanto existe no município saldo orçamental superior a dois milhões de euros. Já em dois mil e nove o PPD/PSD defendeu que com o saldo existente deveriam ser pagas as dívidas aos fornecedores. Acontece que fomos convocados para vir aqui ajuizar algo que é chamado de Plano de Assistência à Economia Local, ora esse PAEL, é regulado pela Lei quarenta e três de dois mil e doze, de vinte e oito de Agosto, e tem por objecto, a regularização do pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de noventa dias através de empréstimos a catorze anos. -----

-----A Câmara admite a sua incapacidade, e vai ter de contrair um empréstimo entre cinquenta a noventa por cento do montante até catorze anos para pagar estes mesmos fornecedores, é isto que é a adesão ao PAEL II. Esta mesma adesão termina no dia quatro de Outubro. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Relativamente à execução orçamental, as receitas correntes apesar de estarem aparentemente superiores às despesas correntes, faltam aqui as despesas com pessoal e tem um pequeno senão, é que ao contrário daqueles que estão habituados a lidar com finanças das empresas, nós aqui não temos todo o património, não temos aqui todas as dívidas. Isto é o dinheiro que está em caixa, mas é fácil ter dinheiro em caixa se não se pagar a ninguém, se o Município ficar sempre com dinheiro em caixa, equilibra as contas com facilidade. -----

Porem, isto não é justo para os cidadãos que precisam do seu dinheiro para fazer face aos seus compromissos. -----

Termino fazendo nota às despesas de capital, pois nas contas de dezoito de Setembro de dois mil e doze o Município apenas está a realizar cerca de trinta e sete por cento daquilo que teria de fazer de investimento. Quem está a fazer trinta e sete por cento de investimentos nesta data, claramente não vai conseguir realizar mais além que cinquenta por cento. Este município, também ao longo destes sete anos diz sempre que vai fazer mundos e fundos, mas acaba por realizar apenas uma fracção do que anuncia. -----

**RUI PIRES** (Grupo do PS) »» Boa noite a todos. -----

Sobre a informação vinda do Executivo Municipal, gostaria de fazer duas notas; a primeira é que a Deputada Manuela Cunha anda sempre engasgada com o PS. Na nota de rodapé diz "Nota:" e não PS. -----

Quanto ao Senhor Deputado João Lopes, gostaria de lhe dizer o seguinte; efectivamente a câmara errou nas suas previsões e no seu orçamento, não vai fazer tantas obras, mas deixe que lhe diga, há que erre na receita e tenha que esmagar ainda mais os trabalhadores. Isto é muito pior do que não fazer determinadas obras. Não basta só dizer que a Câmara deve e não paga, também é preciso dizer o se está à espera do QREN. Ou seja se este dinheiro já tivesse vindo, a dívida a fornecedores na melhor das hipóteses seriam de cerca novecentos mil euros. -----

Reconheço que algumas observações à informação escrita, a oposição tem razão, mas também entendo que é preciso que a oposição também observe os aspectos positivos. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Três observações: A “queda do império” começou; quero tecer um louvor à informação, que presumo venha da Vereadora Maria Emília, pois de facto é mais este estilo de informação, que nós desejamos,



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sempre ficamos um bocadinho mais informados. Só espero é que não seja, apenas uma consequência da “queda do império” e que se mantenha. -----

Terceira questão; se é por causa de uma questão de prazo que se convoca uma reunião fora dos prazos legais, eu julgo que ninguém nesta Assembleia se recusaria a aceitar uma reunião de um dia para o outro, caso fosse necessário, para uma emergência que servisse o Concelho. Todos nós temos um espírito de dever, digo eu, mas isto não custa nada dizer francamente, não é preciso andar aqui com artimanhas, é dizer francamente, por uma razão "estamos à rasca", é preciso convocar uma reunião de urgência, pois é preciso aprovar isto dentro do prazo. Acho que nenhuma força política iria obstaculizar. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Serei breve, para dizer ao Senhor Deputado que realmente ainda bem que reconhece que a oposição em algumas coisas tem razão. -----

Relativamente à dívida, o Senhor sabe tanto da dívida como eu, a menos que tenha informação privilegiada, sabe pelo menos o que vem aqui na informação escrita. Aqui não diz a antiguidade. Também deve saber calcular prazos médios de pagamentos, e portanto consegue determinar antiguidades médias da dívida. Mas, eu não quero que fique com dúvidas. Portanto, no dia três de Outubro às dezoito e trinta, como vai ser contraído um empréstimo que tem por objecto a regularização de pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de noventa dias vai poder ver o montante delas todas. -----

**RUI PIRES** (Grupo do PS) »» Nem sempre tenho de dizer em voz alta aquilo que por vezes digo aos meus em voz baixa. Para que não subsistam dúvidas. Aquilo que eu disse é que a informação da devia vir mais pormenorizada em determinados aspectos. Não é uma questão de dar ou não razão. É uma questão que entendo que podia vir aqui. -----

Sobre o cálculo dos prazos médios, felizmente também os sei fazer. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Terminadas as intervenções, dou agora a palavra ao executivo para fazer os comentários que entender sobre a informação escrita. -----

**VICE-PRESIDENTE** »» Para não ser exaustivo, gostava de referir algo que é passado, dado que só se vê os pontos negativos. Acho que a questão da Circular Urbana é um excelente exemplo, até de uma obra que não foi fácil de fazer, dados os constrangimentos financeiros. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gostava de referir alguns exemplos, como a conclusão da Capela de Marianos, o projecto do arranjo paisagista por trás do Alfa, que também para perceberem foi um processo demorado, porque os vários empreiteiros que se seguiram na ordem do concurso não foram conseguindo fazer a obra e portanto, por isso o processo demorar mais tempo, a continuação das obras na Casa da Cultura das Fazendas, que é neste momento a obra mais importante que temos em curso, e portanto fazer aqui um conjunto de referencias que me parecem importantes, obras importantes, e também não resisto a fazer um comentário sobre a questão das exposições e dos eventos na biblioteca e outros. É que por norma não os vejo lá, não sei se eventualmente não estão cá. Sei que são sempre convidados, eventualmente haverá alguma coisa. Tenho a certeza que em Julho, Agosto e Setembro do próximo ano estarão em todas as festas e eventos desportivos. Alguns vão ter de usar o GPS para saberem onde são algumas festas, mas isso é um aparte. -----

Ao contrário do que querem fazer crer, as dividas a fornecedores têm vindo a diminuir. Ao contrário do que querem fazer crer, as verbas do QREN que a Câmara tem a receber, tem vindo a aumentar. Já agora dava jeito que o Grupo do PSD desse um recado ao Senhor Ministro para que colocasse o QREN a funcionar, o País agradecia. É que entre outras coisas, retiraram às Câmaras a possibilidade de fazer investimento, ficaram com uns programas fantásticos, nomeadamente do emprego jovem que tem alocado várias dezenas de milhões de euros, e que tem servido para criar um emprego por dia. -----

Somos sempre acusados que as receitas correntes aumentarem e as despesas correntes estarem sempre desequilibradas, desta vez o saldo até positivo em cerca de seiscentos mil euros. -----

Esta é uma pequena nota, pois parece que nem todos leram os documentos. Sobre os prazos médios, também é bom fazermos a comparação. Nós não somos uma árvore isolada na floresta, fazemos parte da floresta. E a floresta que este Governo tem criado, infelizmente é cada vez mais negra. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CD) »» Gostaria de fazer um ponto à Mesa. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**»» A discussão da informação escrita termina com a intervenção do Executivo. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Pedi um ponto à mesa porque justamente a informação que o Executivo que deve dar é uma informação sobre as questões do



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Município com respostas as Deputados das questões concretas que aqui foram levantadas é isso que a Lei prevê e o Senhor Pedro Ribeiro andou para aqui a divagar em espaço de comício político. Há limites, houve aqui questões, como do emprego jovem que não tinha nada a ver com o Concelho. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou por encerrado este ponto, reconhecendo que aqui divagações há muitas e de todas as bancadas a começar pela sua. -----

Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos, que estava distribuído como ponto três, pelo que vos peço desculpa pelo erro. -----

**PONTO DOIS** – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO E FIXAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA DAS TAXAS PARA VIGORAR EM DOIS MIL E TREZE DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, DE ACORDO COM O ESTIPULADA NA ALÍNEA A) DO NÚMERO SEIS DO ARTIGO SESENTA E QUATRO DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, NO RESPEITO PELO PREVISTO NO NÚMERO CINCO E UM DO ARTIGO CENTO E DOZE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E OITENTA E SETE BARRA DOIS MIL E TRÊS - DR NÚMERO DUZENTOS E SESENTA E DOIS DE DOZE DE NOVEMBRO QUE APROVOU O CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS COM AS ALTERAÇÕES DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – A BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOCE DE DEZEMBRO. -----

**VICE-PRESIDENTE** »» A proposta é igual à dos anos transactos, foi aprovada na reunião de Câmara, no entanto também a reunião de Câmara, nas declarações de voto, houve uma sugestão que penso poderá vir a ser útil no futuro que se prende com esta taxa e com a questão e da avaliação que está neste momento em curso. Penso que é do conhecimento geral, muitos de vós já foram confrontados com isto, por imposição da TROIKA a decorrer uma validação extraordinária dos imóveis. Neste momento a avaliação está atrasada naquilo que era os objectivos, até porque havia



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

uma intenção de ter o assunto resolvido até final do ano. Portanto, as taxas que aqui apresentamos são realmente referentes aos anos transactos, sendo que, tivemos uma sugestão, que que ela vale para o futuro, porque pensamos que pode vir a ser útil, que é; a Administração Tributária depois desta avaliação estar toda feita, poder disponibilizar não só à Câmara de Almeirim, naturalmente, mas a todas as Câmaras um simulador que permitisse perceber qual era a receita arrecadada com as diversas taxas Penso que no futuro poderá vir a ser útil. -----

Informar que estas taxas são iguais às dos anos anteriores, e são as praticadas em toda a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Gostaria de fazer uma pergunta que pode ser resultado de alguma ignorância minha. -----

É obrigatório definir agora o valor das taxas neste período e nesta Assembleia? ----

**VICE-PRESIDENTE** »» Não me recordo qual é o prazo em concreto, porém tenho a certeza que a comunicação terá de ser feita em breve, não havendo a possibilidade de apreciar este assunto numa próxima Assembleia. -----

O que sei, é que todas as Câmaras apreciam este assunto nesta altura, pelo que presumivelmente a data será próximo de Setembro. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» O que diz a Lei no seu número treze do artigo cento e doze do Decreto Lei duzentos e oitenta e sete de dois mil e três é que " As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção-Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º um, caso as comunicações não sejam recebidas até trinta de Novembro". -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Como estas taxas que são iguais às dos anos anteriores, vão-se aplicar sobre o valor definido pelo Governo, ora o que se passa é que o Governo está a anunciar que vai alterar esses valores, Uma das questões que o Governo levanta é aumentar os valores do IMI. Se o Governo alterar o valor do IMI para mais, o que vai acontecer é que a percentagem que se vai aplicar aqui ficando a mesma, o valor que os cidadãos terão de pagar será maior. Esta é talvez uma dedução minha, mas é o raciocínio que estou a fazer. -----

Estamos preocupados, porque não sabemos o que aí vem, e se nós aprovamos antes do Governo definir as suas taxas, as nossas percentagens que este ano representavam X, para cada cidadão, podem vir no próximo ano a representar um





## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

valor bem diferente, isto para além da actualização que ainda vai ser feita no valor dos imóveis. -----

Se houvesse tempo para isso, não sei se era possível, esperar pela definição do valor do Governo para só depois definir a percentagem tentando não penalizar mais os cidadãos. Isto é, sem a autarquia perder verbas, mas também sem penalizar mais os cidadãos. É uma sugestão da CDU. Fica aqui a nossa sugestão se isso for possível. ----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente ao assunto do IMI, já é mais que sabido que a posição do PPD/PSD ao longo destes anos tem a ver com o as distorções fiscais actuais relativamente aos imóveis. Imóveis com bases tributarias muito baixas, porque nunca foram alvo de avaliação, deviam ser taxados à taxa máxima, imóveis adquiridos ou reavaliados depois de dois mil e três deviam ser taxados à taxa mínima. -----

Há sempre a opção de quem está a ser taxado à taxa máxima por não ter ainda a sua reavaliação feita poder fazer a reavaliação. Isto é aquilo que nós temos vindo a dizer ao longo destes anos. O Governo de agora, talvez numa forma um pouco acelerada, está a fazer a reavaliação dos imóveis, e nessa operação essas pessoas, na opinião do PPD/PSD deviam pagar a taxa mínima. Isto não significaria perda de receita relativamente ao Município. Aquilo que nós não queremos, é que as pessoas que tenham comprado casa nos últimos anos, ou que os jovens que se queiram fixar no Concelho, não sejam penalizados exactamente porque compraram uma casa, e tiveram o azar de comprá-la depois de uma determinada data, ao passo que os outros no fundo continuam a ser os "privilegiados", que tem as suas casas com valores tributários muito baixos, que mesmo com a taxa máxima, acabam por pagar muito menos imposto. Isto é aquilo que nós defendemos e é neste sentido que vamos fazer a nossa votação-----

**VICE-RESIDENTE** »» O meu esclarecimento é o seguinte, as taxas são calculadas tendo por base uma coisa que se chama valor patrimonial, até dois mil e quatro, se não estou enganado, esse valor patrimonial era obtido através da visita de uma comissão de três técnicos, pelo que o valor era sempre sujeito a algumas discricionariedades. Depois desta data, passou a haver uma formula definida determina as áreas de construção, o que é logradouro, o que é garagem...é uma formula científica com a qual se obtém o valor. A não ser que o Governo resolva mudar a fórmula, coisa que não esta de momento prevista, os valores patrimoniais apurados



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

são estes, e as taxas incidiram sobre eles. -----Antes de terminar, informar que em breve a Direcção Geral de Finanças terá um simulador à disposição dos cidadãos que lhe permite fazer consultar e simular a sua situação, assim como as autarquias. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Relativamente ao simulador quero dizer que é muito interessante, pois permite prever e planear, por isso já devia funcionar. -----

A utilização do simulador pelas Autarquias não deve ser feita com o espírito de adaptarem as taxas dos cidadãos em função das suas necessidades, isso é abusivo. O simulador deve servir para que a Autarquia possa fazer uma previsão dos seus futuros recursos financeiros. Isso achamos muito bem, agora servir-se do simulador para fazer toda uma ginástica por forma a não perder ou ainda ganhar mais à custa dos cidadãos, já acho isso perfeitamente perverso. Mas agora só queria dizer isto. Esta informação que nos é dada, e eu devo dizer que a minha área não acompanha muito as questões dos impostos, o que a informação diz é que estas taxas são aplicadas sobre a matéria colectável determinada pelo Governo em sede do Orçamento de Estado. Diz aqui na nota que eu chamo PS, mas não é por obsessão é por tradição, como diz isto, foi posto em pequenino já para eu não ler, mas eu já desta vez trouxe os óculos, e como eu ouço quase diariamente na outra casa repetirem e, vem em todos os jornais, que vão tocar no IMI, e como eu nunca sei o que é que o Gaspar entende quando diz que vai tocar em alguma coisa, a mulher dele talvez saberá, o que é verdade é que estou assustada, por isso achava que se houvesse tempo para esperar, era bom esperar. Suponham que eles poem um valor sobre o qual esta taxa incide que é muito elevado. É por esta razão a CDU vai-se abster -----

**VICE-PRESIDENTE** »» Sobre a sugestão do Grupo da CDU, penso que não faz nenhum sentido estarem a fazer uma reunião extraordinária para aprovar as taxas do IMI, até porque essas reuniões têm custos. -----

----- \* **Aprovado por maioria e minuta** as taxas para vigorar em dois mil e treze do Imposto Municipal sobre Imóveis, com dezasseis votos a favor do Grupo do PS. Três votos contra do Grupo da CDU. Quatro abstenções, duas abstenções do Grupo do MICA e duas do Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» A Câmara Municipal de Almeirim apresentou



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

hoje, nesta Assembleia, a proposta para o IMI para o ano dois mil e treze. -----  
Como é do conhecimento público, o PSD acredita que há uma distorção entre os edifícios novos e velhos, que prejudica os jovens no início de vida, que devemos fixar no nosso concelho, pelo que consideramos que as taxas de IMI deveriam ser zero vírgula oito por cento (taxa máxima) para os prédios urbanos não avaliados nos termos do CIMI e para os avaliados de zero vírgulas três por cento (mínima). Desta forma tirávamos um peso financeiro de cima dos jovens e caso de gerasse uma nova distorção os donos dos imóveis podem sempre pedir a avaliação dos seus edifícios ao abrigo do CIMI e já passam a pagar os zero vírgula três por cento. -----  
A distorção advém do facto de o IMI ter dois sistemas de taxas diferentes, consoante o imóvel tenha sido adquirido antes ou depois de um de Dezembro de dois mil e três. Para os que foram adquiridos anteriormente à entrada em vigor do IMI e não avaliados nos termos do CIMI as taxas para os prédios urbanos é fixada entre os zero vírgula cinco por cento a zero vírgulas oito por cento. Os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e adquiridos após aquela data têm uma taxa de imposto fixada entre os zero vírgula três por cento a zero vírgulas cinco por cento. -----  
O grande problema que se coloca com estas taxas tem a ver com a base de imposto sobre a qual incide a taxa e isso deve ser levado em consideração pois os preços no mercado imobiliário tiveram uma evolução muito acentuada desde a década de setenta devido à escassez de imóveis e a inflações muito elevadas que juntas originaram rendibilidades no imobiliário muito acentuadas. Assim temos distorções muito grandes entre os valores pelos quais os imóveis estão avaliados fiscalmente. ----  
As estatísticas do INE disponíveis para o Concelho de Almeirim indicam que dezasseis vírgula quarenta e oito por cento dos edifícios são da década de noventa, dezoito vírgula vinte e três por cento da década de oitenta, vinte vírgula quarenta e seis por cento da década de setenta, dezasseis vírgula setenta por cento da década de sessenta e vinte e oito vírgula catorze por cento anteriores à década de sessenta. Pela idade dos imóveis podemos facilmente concluir que mais de sessenta por cento dos edifícios do concelho claramente terão valores tributáveis muito baixos. Refira-se que o IMI recebido em dois mil e nove foi 1.465.735,27€; em dois mil e dez foi 1.527.043,63€; em dois mil e onze foi 1.624.245,42€ e o orçamento para dois mil e doze refere uma estimativa de 1.569.532,00€. Note-se que os Municípios de: Cartaxo, Chamusca, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Salvaterra de Magos, Tomar e Vila



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Nova da Barquinha, todos praticam taxas inferiores ao Município de Almeirim, ou seja, inferiores à taxa máxima. -----

Por tudo o que foi referido, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra proposta para o IMI para o ano dois mil e treze.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos então ao ponto seguinte que diz respeito ao IRS para dois mil e treze. -----

**PONTO TRÊS** – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA DOIS MIL E TREZE, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO VINTE DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA H) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à participação no IRS, apesar de não ser uma medida que tenha a ver directamente com investimento no município, atendendo às circunstâncias económicas extremamente difíceis para as famílias portuguesas, em vez de cinco por cento, o PPD/PSD considera que devia haver uma pequena redução de taxa, como acontecia aliás no passado neste município, para quatro por cento o que seria alguma ajuda para as famílias mais carenciadas que têm tanta dificuldade hoje em dia, e que seria um valor muito pequeno para o Município. ---

**VICE-PRESIDENTE**»» Gostaria de informar que esta participação no IRS foi algo que aqui há alguns anos foi inventado para que as Câmaras ao abdicarem desta verba não fossem recarias pelo próprio orçamento de Estado. Permita-me senhor deputado discordar de si, pois não seriam garantidamente as famílias com menores recursos a beneficiar da redução de um por cento, seriam as que tem maiores recursos, porque as que tem menores recursos nem sequer pagam IRS e portanto não teriam nenhum benefício. -----

----- \* **Aprovado por maioria e minuta** a participação variável no IRS para 2013,, com quinze votos a favor do Grupo do PS, Seis votos contra, um do Grupo do MICA, dois do Grupo do PPD/PSD e três do Grupo da CDU. Duas abstenções, uma do Grupo do PS e uma do Grupo do MICA. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU tem votado normalmente contra esta proposta porque consideramos que o IRS deve fazer justiça social e não agravar a injustiça social. Para além disso deve ser um imposto com carácter universal em todo o País, por isso fomos contra a alteração da Lei, quando ela veio e somos contra a sua aplicação no Concelho de Almeirim. Sendo que de facto estes cinco por cento vão beneficiar quem ganha mais e não quem ganha menos e não vão contribuir para repor igualdade. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Depois de ficarmos a saber que a classe média não paga impostos em Almeirim, quero apenas informar que temos uma declaração de voto escrita, pelo que nos abtemos de a ler. -----

A Câmara Municipal de Almeirim apresentou hoje, nesta Assembleia, a proposta para a participação variável no IRS para o ano dois mil e treze. -----

Como todos sabem e sentem há uma crise económica muito grave em Portugal que se agudizou com uma crise económico-financeira Mundial. Após anos de taxas de crescimento baixíssimas, taxas de desemprego muito acima da média da União Europeia, uma divergência económica real relativamente aos países da União Europeia e com políticas de combate ao défice através de aumentos de receita e não de diminuições da despesa pública, parece-nos que nesta altura tão difícil que deveria ser reduzida em um por cento a participação variável do Município no IRS para o ano dois mil e doze para quatro por cento. Refira-se que o IRS é o imposto que incide sobre o rendimento dos singulares, e que não tem os mesmos efeitos de captação de investimento, como tem uma isenção a nível da derrama mas devido à conjuntura económica parece-nos esta redução claramente insuficiente. -----

Refira-se que a Participação Variável no IRS recebida em 2009 foi 452.420,00; em 2010 foi 511.318,00; em 2011 foi 453.293,00 e o orçamento para 2012 refere uma estimativa de 459.692,00. Tal significa que o impacto desta medida seria de noventa mil euros. -----

Por tudo o que foi referido, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra proposta para a participação variável no IRS para o



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ano dois mil e treze. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»»** Passamos ao ponto quatro que vos tinha sido distribuído como ponto cinco, e que diz respeito à apreciação da DERRAMA para o ano de dois mil e treze. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Antes de mais quero fazer aqui uma nota que não obsta contra a aprovação da mesma, mas a proposta da DERRAMA diz que neste ponto dois, escrito à mão “que a presente deliberação tem de ser comunicada de acordo com o número oito do artigo catorze da Lei dois de dois mil e sete”. O número correcto é o número nove após alteração da Lei dois de dois mil e sete ter sido alterada pela Lei do Orçamento de Estado de trinta de Dezembro. Convém ter em atenção este tipo de pormenores, no entanto, penso que não obsta a que se aprove esta mesma proposta. -----

Após este ponto prévio, quero dizer que relativamente à DERRAMA, a bancada do PPD/PSD tem de defendido e tem feito cavalo de batalha que uma das coisas mais importantes que pode haver para qualquer executivo é a criação de empresas e de emprego. A criação de empregos tem de ser conseguida à custa de emagrecimento ao nível de algumas gorduras, das despesas que existem, neste caso em concreto, nos municípios, o mesmo se aplicará ao Estado a regiões autónomas. Para tal, devemos ter melhores condições para oferecer, nomeadamente ao nível da fiscalidade. Não basta apenas prometer apenas impostos baixos, um modelo que assente única e exclusivamente em impostos baixos não será suficiente, um modelo que assente em impostos baixos um ano também não é suficiente, mas é preciso ter uma estratégia, é preciso ter uma visão. Essa estratégia e essa visão têm de passar por ter pessoas jovens que se consigam fixar, pessoas que tenham qualificações para termos empresas que possam ter condições de trabalho melhores. Mas é essencial o incentivo através de uma fiscalidade mais favorável relativamente aos outros. Almeirim está a oitenta quilómetros de Lisboa mas, convém não esquecer, que cada vez que alguém diz que Almeirim está bem localizado, existem Municípios, como por exemplo Benavente, Cartaxo ou Azambuja que nessa mesma óptica também estão muito bem localizadas, porque estão ainda mais próximos de Lisboa. Nós temos de ter algo que nos torne diferentes. Nós não podemos combater com as mesmas armas. Se for com as mesmas armas então certamente iremos perder, pelo que temos de apostar em difundir aquilo que temos de bom no município, temos de ter uma política de criação



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de empresas e de apoio às empresas. Não pode continuar a existir situações como aconteceu no passado, que o PSD já criticou aqui, d a venda de alguns lotes na Zona Industrial, sem a garantia de qualquer criação de emprego, e também não pode continuar a acontecer situações no futuro de fiscalidade mais elevada. Temos de dar condições para que as empresas se instalem, se não só nós seremos os culpados de não haver empregos. A realidade no Concelho, é que o maior empregador de Almeirim de há trinta anos atrás continua a ser o maior de hoje. -----

**JORGE VEIGA DIAS** (Grupo do PS)»» Boa noite a todos os presentes. Relativamente a este ponto da ordem de Trabalhos, gostaria de dizer o seguinte; este é um assunto que é recorrente ao longo dos anos, e penso que esta questão terá de ser analisada de forma pragmática, antes de mais porque estamos a falar de um imposto que não incidirá certamente sobre muitas empresas e empresários, que se destina essencialmente a determinadas obras que estão aqui definidas, nesta nota de rodapé. É importante, até para podermos tomar uma posição coerente e em consciência neste ponto, saber da parte de quem é contra esta taxa da DERRAMA, ou a favor de uma taxa zero, quais foram as empresa ou os empresários que se deixaram instalar no Concelho, motivada pela aplicação desta DERRAMA nestes anos. Isto é o que eu acho que seria importante sabermos, para futuramente decidirmos. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU por principio não está contra que as actividades económicas e as empresas tenham de contribuir para o orçamento do Município, do nosso ou de outro qualquer, por isso à partida não temos posições anti-derrama, mas, no momento em que vivemos, consideramos que é um bocadinho desagradável ir buscar dinheiro a uma actividade económica reprodutiva, através da DERRAMA para aplicar em obras não reprodutivas. Aqui o que eu chamo de obras, até porque a DERRAMA tem por essência definir a sua aplicação, e não tendo nada contra a estacionamento e arranjos urbanísticos, até porque somos a favor, quando estamos mais folgados de dinheiro, não sei se era prioridade agora num período de crise. Devemos repensar bem, perante a situação de crise económica que nos está a afectar a todos, para onde devem ser canalizados os dinheiros do Município, também têm de ser mais pensados em função das prioridades. Não sei se as questões da educação e as questões do apoio social não deviam ser prioridades. Aqui, vamos para obras que chamo não reprodutivas, que é o cimento . . . Até mesmo os arranjos urbanísticos, que algumas vezes levam algumas árvores, são reprodutivas em



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sementes. Estou a falar do ponto de vista humano e do ponto de vista dos recursos económicos. -----Segundo, já há vários anos que aqui se fala, que seria bom nós conhecermos a aplicação real no tecido económico no município, desta redução, deste abatimento que é feito para alguns. Quem são esses alguns? Qual é o universo que é abrangido por esta proposta? Não só o universo em termos de numero, mas diremos também do tipo de actividades económicas do município a que esta redução se aplica. A CDU já tem pedido isto nesta Assembleia há vários anos. Como não teve proposta, vamos abster-nos também no que diz respeito à proposta da DERRAMA. -----

**RUI PIRES** (Grupo do PS) »» Sobre a proposta da DERRAMA, efectivamente não acredito que haja alguma empresa que não venha para Almeirim por causa da DERRAMA aplicada no Concelho. Há empresa que efectivamente em Almeirim se tem instalado pouco, é verdade, que também tem fechado, é igualmente verdade, mas isso é o que infelizmente acontece um pouco por todo o País. Infelizmente no nosso País fecham muito mais empresa que as que abrem. No entanto, também, e à semelhança da Senhora Deputada Manuela Cunha, que em relação a DERRAMA, e numa altura de crise se destinasse esta verba, não a arranjos urbanísticos e parques de estacionamento, mas à protecção social. Numa altura em que existe cada vez mais gente no desemprego, a viver mal, crianças com necessidades alimentares, como necessidades de apoio à aquisição e material escolar. Em minha opinião, e deixo à consideração do executivo, que não ficaria mal, a substituição da aplicação do resultado da DERRAMA fosse aplicado na protecção social. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO** »» A minha intervenção, é no sentido de dizer que me sinto lesado, dadas as propostas apresentadas. As propostas apresentadas são para obras em Benfica do Ribatejo e Paço dos Negros. Agradecia às pessoas que se pronunciaram sobre outras alternativas para o investimento deste dinheiro, quando houvesse eleições tivessem a coragem de dizer aos eleitores de Benfica que não tem direito a nenhuma verba para execução de obras na sua Freguesia. -----

**MANUEL VIRGINIA LOURENÇO** (Grupo do PS) »» Apenas só para reforçar aquilo que o Alfredo Trindade acabou de dizer. Só por ignorância, quem não conhecer as estradas de Paço do Negros é que pode vir fazer propostas de alteração à aplicação da finalidade das receitas da DERRAMA. Quem circula naquelas vias, sabem muito





## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

bem que se trata de uma obra urgente, pelo que não me revejo na posição de algumas intervenções. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Primeiro, gostaria de esclarecer uma coisa, concordo com a sua visão do estado das estradas em Paço dos Negros, por isso levantei aqui esse assunto na última Assembleia Municipal, essas estradas estariam em muito melhor estado se exigíssemos às Águas do Ribatejo que devolvessem as estradas nas devidas condições, depois das obras que fizeram. E assim já poupávamos, foram eles que as puseram em pior estado do que aquilo que elas estavam antes. Mas, concordo consigo, pois estão mesmo em muito mau estado. Mas também quando dizem aqui “arranjos urbanísticos”, não dizem que é estradas, pode ser um jardim, arranjos urbanísticos é muita coisa. -----

Senhor Presidente de Junta acalme-se, eu sei que deseja ir para a sua freguesia dizer que defendeu na Assembleia o seu parque de estacionamento e que fará esse papel, nós não duvidamos. Como o senhor sabe, eu não fiz nenhuma proposta, fiz simplesmente uma observação, e disse porque é que a CDU se iria abster. Sei que não posso alterar as propostas do Município. O Município pode ouvir o que nós aqui dizemos, e retirar-la se quiser. Mas, o que eu lhe tenho a dizer, é que se tivesse ouvido bem a minha observação, e talvez se fizéssemos um referendo em Benfica sobre o destino a dar às verbas da derrama em Benfica, se perguntássemos à população onde é que elas devem ser gastas, talvez o Senhor tivesse uma surpresa, porque se calhar não era nos estacionamentos. Eu não sei o que a população diria, mas se calhar não era no estacionamento. Se o Senhor quiser fazer um referendo. E quando a CDU propõem as questões de educação, as questões sociais, julga que elas são transversais a todas as freguesias do Concelho e mais, e tem maior incidência nas freguesias rurais é verdade. Em Fazendas de Almeirim, em Benfica do Ribatejo e na Raposa, porque há aí populações que são mais idosas, mais gente com trabalhos precários e sujeita a desemprego, por isso não duvidamos que eram com certeza as freguesias não urbanas, as três outras freguesias fora do centro que iriam beneficiar mais com as verbas. -----

**MARIA JOSÉ DIAS** (Grupo do PS) »» Gostaria de partilhar da preocupação do meu colega de bancada Rui Pires. -----

O João é meu aluno, vive com a avó e com o pai. O João é um aluno fictício, pode ser de Benfica, pode ser da Raposa, pode ser de qualquer lado. É alimentado pelo banco



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

alimentar e pelos professores que lhe trazem comida. De certeza, garanto-vos que em Benfica há muitos meninos que precisam de ajuda. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo DO PPD/PSD) »» O que o PPD/PSD não concorda, é com o princípio da cobrança da DERRAMA pois achamos que a sua isenção vai gerar empregos, que é o mais importante e o que falta neste momento. Se houvesse empregos, se calhar, muitas destas conversas não tinha sentido. Relativamente às obras, quando se está num Município em que se estima que se vai passar de dezasseis milhões de euros de receitas para vinte milhões de euros de receitas e onde não se consegue cumprir mais do que cinquenta e cinco por cento daquilo que se quer fazer de obras então se calhar se algum membro do PS tem de reclamar, será dentro da vossa bancada, pelas obras que não são feitas nas vossas Freguesias. -----

**VICE-PRESIDENTE** »» Mais uma vês peço para que o ponto seja votado por minuta. Tenho estado aqui calado a ouvir as intervenções dar alguns dados que me parecem importantes. Para quem está a ouvir o Deputado João Lopes a dizer que Câmara gastou verbas em estudos e projectos, e logo a seguir reclama obras. Com esta intervenção fico com vontade de desafiar o Senhor Deputado João Lopes a explicar como é que se faz obra e não se gasta dinheiro. De igual forma temos de fazer as obras fora do Município, dado que o actual Governo não no deixa contratar pessoas para o Município, pessoas essas que podiam fazer as obras. -----

Neste caso em particular, sai muito mais barato ao município contratar fora, assim haja disponibilidade orçamental, é muito bom sinal para a economia e para o emprego. ----

Finalmente, embora não tenha a certeza do que vou dizer, mas julgo que a DERRAMA só pode ser aplicada em obras. De qualquer maneira, e em relação às questões sociais, nós temos tido nos últimos anos, se calhar das últimas décadas grandes preocupações a este nível. O nosso gabinete de acção social desenvolveu vários programas, alguns apoiados pelo Governo, continuamos a apoiar, nas aquisições de óculos, das cadeiras, continuamos a apoiar em pequenas obras, embora com muita dificuldade nossa, mas continuamos a fazer, porque achamos que é muito importante. Para terminar, informar que está a decorrer em Almeirim um investimento de uma empresa com três vírgula dois milhões de euros, que se está fixar em Almeirim e que nunca perguntou nem de perto nem de longe se pagava DERRAMA, quanto é que a DERRAMA custava. Estão cá porque fizeram estudos de mercado, e entendem que aqui é um bom local para fazer esse investimento. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- \* **Aprovado por maioria e minuta** a DERRAMA para dois mil e treze, com; Dezassete votos a favor, quinze do Grupo do PS e dois do Grupo do MICA. Dois votos contra do Grupo do PPD/PSD. Quatro abstenções, três do Grupo da CDU e uma do Grupo do PS. -----

### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» A nossa declaração de voto é a seguinte: ----

A Câmara Municipal de Almeirim apresentou hoje, nesta Assembleia, a proposta para a derrama para o ano dois mil e treze. -----

Como é do conhecimento público, o PSD acredita que a derrama à taxa zero é sinal de que o Município está aberto ao investimento e às empresas que se queiram implantar no Concelho de Almeirim. Apesar de ter, no curto-prazo, efeitos negativos sobre a receita teria, no médio-longo, prazo efeitos muito positivos sobre o emprego e receitas que em muito superariam as da derrama. -----

No caso da Derrama a zero por cento para o nosso Concelho, acreditamos, que a sua apresentação repetidamente, como de um produto se tratasse, traria vantagens significativas para Almeirim. -----

Refira-se que a derrama recebida em dois mil e nove foi 265.099,17€; em dois mil e dez foi 284.077,81€; em dois mil e onze foi 389.296,82€ e o orçamento para dois mil e doze refere uma estimativa de 335.100,00€. Assim sendo o impacto seria de trezentos e trinta e cinco mil euros. -----

Porque uma autarquia também se “vende” ao mundo empresarial, é importante termos boas acessibilidades, formação profissional elevada, e benefícios fiscais significativos. É óbvio que as empresas têm custos ao virem para o Concelho de Almeirim. Nunca teria esta medida efeitos imediatos, os seus efeitos seriam a prazo e portanto, teria de ser uma medida continuada, um objectivo de todos nós, que gostamos do Concelho de Almeirim, e que queremos ver a prosperar, com mais empregos, o que só a isenção da Derrama viria a criar e, mais cobrança de impostos, não agora, mas no futuro, com a quantidade de empresas e de pessoas que viriam para o Concelho de Almeirim. -----

Este voto contra não é apenas por uma questão de coerência, mas também porque acreditamos que só a abolição desta taxa significará uma maior fixação de empresas no nosso concelho, ajudando a desenvolver o nosso tecido empresarial existente e a fixar os jovens almeirinsenses que, à falta de emprego na sua terra, são obrigados a



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

deslocarem-se para os grandes centros urbanos, onde as condições de empregabilidade são muito melhores do que no Concelho de Almeirim. -----

De facto a evidência empírica tem nos mostrado que concelhos que praticam a derramam à taxa zero de forma permanente, têm um maior desenvolvimento dos pólos industriais. Hoje em dia há uma verdadeira concorrência fiscal entre municípios por condições mais favoráveis por forma a captar investimento. Essa evidência foi já reconhecida aliás em outros concelhos do Distrito de Santarém como Ferreira do Zêzere, Mação e Vila Nova da Barquinha que praticam a derrama a taxa zero. -----

Por tudo o que foi referido, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra proposta para a derrama para o ano dois mil e treze.-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO** »» O meu voto favorável vai ao entro do que é o desejo do todos os munícipes, que é alguma obra na sua Freguesia. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar ao ponto número cinco, se vos foi distribuído como ponto dois. -----

**PONTO CINCO** – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS, CUJO PRAZO APÓS A SUA ABERTURA JÁ DECORREU MAIS DE SEIS MESES. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A proposta vem com uma informação anexa. A informação anexa tem a ver com o caso dos concursos relativos aos trabalhadores da ex-ALDESC, no entanto, a proposta tal como está redigida abre portas a todo e qualquer concurso. Para além desta questão, alguns outros concursos que possam estar a decorrer, e tenham passado do prazo, não sei se existem, também ficam abrangidos. Isto é, é um cheque em branco e aberto para os futuros atrasos, ou para os presentes dos quais não nos falam, porque só nos dão informação sobre um, por isso, primeira pergunta; esta proposta visa obter uma autorização genérica daqui para a frente para todo e qualquer concurso em atraso? Ao fim de seis meses, ou não? Se não, a proposta devia claramente formular que ela se refere a um concurso específico, o que vem anexado na informação, mais nada. Esta é a primeira questão, e isto vai ao encontro do facto que as propostas da Câmara trazidas a esta Assembleia, são genéricas, mal elaboradas e redigidas e isto há anos, desde que eu



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sou autarca neste Município. As propostas da Câmara tem de ser claras, não podem levantar dúvidas. Nós temos de saber claramente o que o Executivo pretende. Ou é pão, ou é queijo ou é pão e queijo, mas tem de ser claro para todos nós. Por isso fica a minha pergunta. Segundo; vou já preannunciar-me no caso ser um pedido genérico. A CDU vota contra, porque não damos cheques em branco e achamos que as propostas têm de vir claras. Para nós aprovar-mos isto, o que aqui está, a Câmara tem cheque em branco para os atrasos todos, nunca mais virá aqui nada. Foi dado um cheque agora para todos os atrasos que aí vêm ou que já existam e que a gente não saiba, não nos seja informado, pronto. Por isso, logo por essa razão a CDU votaria contra esta proposta, mas se na intenção do Executivo que aqui trás a proposta, da maioria do PS no Executivo, ela só se referia ao caso do concurso das áreas do desporto dos trabalhadores da Ex-ALDESC. Devo dizer que este atraso devia ser a grande oportunidade para parar o concurso que tanta celeuma tem levantado e sobre o qual o PS até aqui veio propor a criação de uma Comissão, devido ao celeuma e aos problemas que ele tem levantado, e às acusações que os trabalhadores tem feito sobre as alegadas irregularidades. Nós achamos que esta seria, já que se atrasou tudo, a grande oportunidade para deixar cair este concurso e abrir um novo concurso. Essa é que devia ter sido a proposta aqui, com novo júri, para haver transparência, e escusávamos de perder tempo com Comissões de inquérito, que já me lembra a Assembleia da República, que no fim nunca conseguem nada, ficamos sempre na mesma. Como já estou farta de Comissões de inquérito, mas enfim, aprovamos a proposta do PS, mas esta era a grande oportunidade, por isso, também mesmo que esta proposta só vise os trabalhadores da ALDESC nós votamos contra, e isto é também a minha declaração de voto. -----

**VICE-PRESIDENTE** »» Não é especialista na matéria, mas o que o parecer que sustenta a proposta diz é o seguinte; “Assim, deve o Executivo deliberar o prosseguimento dos procedimentos concursais em curso e solicitar à Assembleia Municipal autorização para o seu prosseguimento”. -----

Partindo deste parecer, são todos os que estão em curso. -----

**RUI PIRES (Grupo do PS)** »» Efectivamente lamento ter de dizer, mas esta proposta está mal feita, porque se nós verificarmos o carimbo que está posto pela Câmara, diz; “deliberado aprovar por unanimidade a aplicar a todos os concursos abertos pela Autarquia cujos prazos após a sua abertura já decorreu mais de seis meses”. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Na certidão da acta, e ainda relativamente a este assunto, diz no fina; “posto à votação o assunto, acima transcrito foi o mesmo aprovado por unanimidade e a aplicar a todos os concursos abertos pela autarquia cujos prazos após a sua abertura já decorreu mais de seis meses”. -----

Não sabemos quantos concursos são. Nesta proposta não diz quanto e quais os concursos. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Só mais uma questão, porque eu acho que a clareza e transparência democrática o exigem, o que nós votamos numa Assembleia é o que está exactamente aqui, e nada mais. Eu não voto as conversas do jurista Vítor Baptista, não votamos nada disso, nem o parecer dos recursos humanos da Câmara, nem nada, nós votamos taxativamente o que está nesta proposta, nem votamos aquilo que foi à reunião de Câmara, e o que é mais incrível, é que aparentemente não coincide, daí está a ver a importância das actas senhor Presidente? -----

Se as forças políticas tivessem tido isto, tínhamos visto que não havia coincidência, tínhamos visto isso tudo, agora isto é assim isto não é admissível, o que estamos a votar é isto, e isto abre a porta ao que o Deputado Rui Pires disse, e que eu também já tinha dito, é que outros que possam existir e que desconheço e que nós aqui desconhecemos ou poderá haver alguns, como é óbvio que tem informação privilegiada, mas nós genericamente aqui desconhecemos e abre portas ao futuro. Por isso, decidir não é isto. O Executivo pretende votar então que retire a proposta e a traga cá devidamente formulada. -----

----- **\*Aprovado por maioria e minuta** a autorização para prosseguimento de procedimentos concursais, cujo prazo após a sua abertura já decorreu mais de seis meses, com dezasseis votos a favor do Grupo do PS, Cinco votos contra, dois do Grupo do PPD/PSD e três do Grupo da CDU, Duas abstenções do Grupo do PS. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU quer registar que faça uma declaração de voto vencido por uma razão. Aqui a intenção expressa através do Vice-presidente da Câmara, segundo ele, a intenção do Executivo, não corresponde ao que está expresso na proposta que nos foi submetida, e mais grave, a proposta que nos é submetida não corresponde ao certificado da acta da Câmara. Por tudo isso, há aqui claramente uma tentativa de mentir a este Órgão. Eu peso as minhas palavras,



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

claramente, quando três coisa não coincidem entre si, há claramente aqui um gato escondido com o rabo de fora. Peço desculpa, mas nós fazemos voto vencido, porque isto é muito grave, a proposta que aqui foi aprovada. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Esta proposta está efectivamente mal formulada e portanto, com tal não poderíamos deixar de não votar contra a mesma. ---

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Quería anunciar que neste momento entrou um requerimento do PS na a propor o prolongamento da sessão por mais meia hora para conclusão dos trabalhos. -----

Vamos passar ao ponto seis da ordem de trabalhos. -----

**PONTO SEIS – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL COM A AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estão abertas as inscrições para apreciação e discissão deste ponto. -----

Não havendo inscrições, passamos à sua votação. -----

----- **\*Aprovado por maioria e minuta** a assunção de compromisso plurianual com a Aquisição de Refeições Escolares; com vinte votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, dois do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU absteve-se por várias razões, fomos contra a entrega das refeições escolares a empresas, por isso também fomos contra a entrega das refeições escolares à CIMLT, e por isso, agora mantemos uma posição de abstenção por todas a s consequências que essa entregas tem em termos de orçamento e previsões. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar à apreciação do ponto sete da Ordem de trabalhos. -----

**PONTO SETE – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO À CLÁUSULA QUARTA DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS.** -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Antes de abrir as inscrições queria perguntar ao Executivo se quer fazer alguma nota introdutória e explicativa. -----

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Este protocolo já aqui veio, há aqui uma pequena alteração que não estava correcta, porque num ponto dizia uma coisa, e no outro não estava perfeitamente em sintonia, daí se propor a sua alteração. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estão abertas as inscrições. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Desculpe lá, em julgo que o Município, o Senhor Vice-presidente tem de dar uma explicação mais correcta, mesmo que se abstenha depois. Tem de explicar claramente porque é que houve a alteração aqui, depois para além disso tem de aprender a redigir as propostas. Então vão transferir para cada funcionário mil trezentos e vinte euros? Por cada funcionário? O que os senhores vão transferir é por funcionário, para a Associação de Pais, por cada funcionário. -----

Desculpem lá as professoras que estão aí na mesa, mas eu acho que não é assim. Porque estas brincadeiras em termos de orçamento. . . os funcionários podiam vir aqui na próxima Assembleia exigir que lhes fosse transferido para as suas contas a verba aprovada nesta Assembleia, por isso há que ter rigor na redacção das propostas que aqui trazem. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Realmente é por uma questão de rigor que a bancada do PPD/PSD pede a palavra, mas não tem a ver com o rigor das palavras. O dito protocolo na sua cláusula dois dizia que era obrigação das Associações de Pais contratar até sete técnicos superiores das áreas de animação e educação e um assistente operacional, no caso do Agrupamento Febo Moniz e até três técnicos superiores das áreas de animação e educação para o Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim. Até aqui tudo bem, Sete técnicos mais um assistente para um e três técnicos para outro, e dizia que o protocolo anterior na cláusula quatro no número dois que é aquilo que hoje está aqui para votar, que a Câmara Municipal compromete-se a efectuar o pagamento sob a forma de prestação até ao dia vinte de cada mês, exceptuando o mês de Agosto, até ao montante de mil euros mensais para cada técnico superior e de quinhentos e cinquenta mensais para os assistente operacional com sete horas de trabalho diário. Neste Momento estão a substituir isto por "A Câmara Municipal compromete-se a efectuar o pagamento sob a forma de prestação mensal até ao dia vinte de cada mês, até ao montante de mil trezentos e





## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

vinte euros mensais por cada funcionário contratado com sete horas de trabalho diário.” -----

A minha questão é o que aconteceu ao assistente operacional? -----

Ele está contratado? Também vai receber os mesmo mil trezentos e vinte euros? -----

**TERESA FILIPE** (Grupo do PS) »» De facto este assunto incapacita-me de ficar calada. Espero, como a Deputada Manuela Cunha dizia, “o tempo dirá”. Este é um assunto extremamente delicado, que compromete as crianças e as famílias. A CAF é um serviço de Componente de Apoio às Famílias, que deve garantir o sucesso ao longo de todo o ano lectivo. Estou certa que a Câmara tomará as diligências necessárias para que junto com as Associações de Pais que se disponibilizaram prontamente, e após muitas reuniões e reflexões para que tudo fosse dado como concreto, certo e com efeitos legais que resultou neste protocolo que pelos vistos tem estas imprecisões. -----

Neste momento seria muito benéfico que se possa conseguir aprova este protocolo, até porque a actividade já está a decorrer, o ano lectivo também já está a decorrer, veríamos a forma com a ajuda da Vereadora para se conseguir encontrar a expressão mais correcta para que fique na votação, se tiverem de acordo para que não comprometa efectivamente o que já está em curso. -----

Para terminar, só espero que “o tempo o diga”, mas diga que efectivamente vamos ver com resultados e com sucesso todas estas directrizes e esta necessária colaboração e disponibilidade e bom senso nesta questão, porque o que está em causa são as crianças. -----

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** »» A questão que originou esta alteração, foi que o protocolo começava a um de Setembro e que tinha a duração de um ano, e depois na questão dos pagamentos, estava excepcionado o mês de Agosto, o que obrigaria a Autarquia a pagar aqui que é de um ano em onze meses, por isso houve esta alteração. Não tenho presente o protocolo, mas a questão é que a de Assistente Operacional, nós estamos a alterar apenas a cláusula quarta numero dois, e se eu não estou enganado, o valor de Assistente Operacional está noutra que não aqui. Em relação à questão daquilo que são os valores transferidos pela Autarquia e no acordo que foi feito com as Associações de Pais, o valor inicial realmente era outro. Acontece que as Associações de pais fizeram muito bem o trabalho de casa no sentido de perceber que tipo de rendimento é que as pessoas acabariam por ter, e acontece que



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

a maioria destas pessoas, utilizando o regime de prestação de serviços, ficaria com um rendimento, e apesar do valor ser de mil euros, com uma prestação de serviços, ficaria com um rendimento abaixo do ordenado mínimo. Portanto, a Autarquia também preocupada com estas questões, que também são questões sociais, e que estão relacionada com os direitos dos próprios trabalhadores, resolveu aumentar para esse, apesar que a esse valor ainda nos fica abaixo de outras soluções, mas o regime jurídico em termos de trabalho é outro. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Devo dizer que a CDU não teve o privilégio de ter o protocolo. Da outra vez ele não foi distribuído, teríamos ficado muito contentes de ver o protocolo, mas o facto é que não o tivemos. -----A CDU considera que é importante esclarecer uma coisa. Nós consideramos que a existência desta Componente de Apoio às Famílias é fundamental e importante, não só porque as famílias tem vidas cada vez mais complexas, e que é bom que as crianças não fiquem e se encontrem sozinhas em casa e tenham apoio e apoios de pessoas competentes. A escola deve contribuir até para atenuar diremos os desequilíbrios sociais que vem de casa e repor alguma igualdade social ou proporcionar diremos aquilo que a família depois não consegue proporcionar em casa. Por isso todo este apoio é muito importante. Lamentamos que o estrangulamento e a interferência do Poder Central está a fazer, e não começou só com o PSD, já começou antes com o PS, sobre as Autarquias, leve que se tenham de encontrar caminhos, que nós não consideramos correctos para dar resposta diremos, a necessidades que elas são vigentes e existem. -----

Agora de facto continuamos a achar que o caminho e esta opção de transferir o dinheiro para as Associações de Pais, de fazer das associações entidades empregadoras e tudo isso, é um caminho muito duvidoso que vai trazer muitos problemas. As Associações de Pais não são associações iguais a outras, a pessoa só é sócia daquela associação durante o tempo que tem a criança na escola. Num clube de futebol um tipo adere é sócio quase toda a vida. Mas numa associação de pais não é. Já fui e já não sou. Isto é assim, é um tempo de passagem. É uma associação com corpos de direcção muito mais frágeis, mais em movimento, menos estáveis, e agora isto vem implicar contabilidades, vem implicar um conjunto de responsabilidades patronais, diremos, para a Associação de Pais, porque isto agora tem responsabilidade de segurança social, pagar salários . . . tem implicações na Lei, por



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

isso nós achamos que este é um caminho muito complexo que vai trazer muito problemas. Os Municípios que passam a vida, faço quando os Governos apertam impõem condições e retiram margem ao Poder Local, a reacção muitas vezes é encontrar manhas, encontra subterfúgios, e ir aguentando o barco, em vez de irem todos para a porta da Assembleia protestar, e que não vão e que vão cada vez menos. Enfim, hoje vimos ali o deputado do PS muito contestatário, já lhe guardei um lugar no autocarro para amanhã. Mas de facto é preciso um bocadinho mais de confronto de o Poder Local com o Poder Central, e não uma constante desadaptação às imposições que o Poder Central tem vindo a fazer ao Poder Local, violando inclusivamente um aspecto que é da Constituição da República, que é a nossa autonomia. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Apenas pediu para intervir porque o Senhor Vice-presidente levantou a questão se estaria aqui o Assistente Operacional noutra sítio. O documento que nos foi apresentado para votação, que era o ponto seis da última Assembleia, a quantidade de técnicos que está na cláusula dois, no ponto dois, onde refere os tais sete técnicos superiores e o Assistente Operacional para Almeirim e os tais três técnicos superiores para Fazendas, e depois na cláusula quatro o ponto dois é o único que refere efectivamente a verba do pagamento, refere os tais mil euros mensais para os Técnicos Superiores e quinhentos e cinquenta para o Assistente Operacional, sendo que agora o Assistente Operacional deixou aparentemente de ter direito a vencimento. -----

----- **\*Aprovado por maioria e minuta** a Apreciação e deliberação da alteração à cláusula quatro do protocolo entre o Município de Almeirim e as Associações de Pais, com dezassete votos a favor, treze do Grupo do PS, dois do Grupo do MICA e dois do PPD/PSD. Cinco abstenções, duas do Grupo do PS e três do Grupo da CDU. -----

### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD)»» A bancada do PPD/PSD votou em conformidade com o superior interesse do Concelho, porque achamos que é benéfico esta iniciativa para as crianças, no entanto, parece-nos que há aqui um lapso, eventualmente no texto, que talvez deva ser repensado. -----

### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**TERESA FILIPE** (Grupo da CDU) »» A minha abstenção prende-se com o facto de



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estar directamente ligada à Associação de Pais. Tenho consciência que não me era fácil tomar uma decisão a favor ou contra, daí a minha abstenção. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar ao ponto oito e último da Ordem de Trabalhos que diz respeito a proposta de recrutamento excepcional de pessoal para o sector da museologia. -----

**PONTO OITO – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE PESSOAL PARA O SECTOR DA MUSEOLOGIA.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Para intervir sobre este ponto estão abertas as inscrições. -----

Não há inscrições, passamos à sua votação. -----

----- \* **Aprovado por maioria e minuta** a Proposta de recrutamento excepcional de pessoal para o sector da Museologia, com quinze votos a favor do Grupo do PS. Seis votos contra, um do Grupo do PS, dois do Grupo do PPD/PSD e três do Grupo da CDU. Duas Abstenções do Grupo do MICA. -----

----- Ausentou-se da sala para não regressar ao seu lugar o Senhor Deputado Manuel Luís Bárbara da Bancada do PS. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**RUI PIRES** (Grupo do PS) »» O meu voto contra fica unicamente a dever-se ao facto de não entender o motivo que leva à elaboração desta proposta, já que num passado recente se tirou a uma Vereadora que foi eleita pela população do Concelho, os pelouros, justificando esta decisão com a desculpa de no momento de aperto das finanças da Autarquia e agora com uma situação que se avezinha ainda mais complicada, solicita-se autorização para uma contratação. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» O voto contra da CDU, advém de várias razões, primeiro; não consideramos que o núcleo etnow-museológico do Concelho de Almeirim necessite em permanência da entrada de um novo trabalhador para essas funções. Segunda questão, mais uma vez a proposta é inadmissível a que aqui veio, não vem devidamente formulada. A proposta não diz claramente o que propõe, nomeadamente não para que tipo de cargo se está a abrir um concurso e relembro que no regulamento do Museu, havia um conjunto de cargos enormes, que ia de



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Directora de Museu até especialista em restauro. No mínimo, esta proposta tinha de dizer que tipo de cargo se propõe por o concurso, e não diz. Julgamos também que há pessoal actualmente na Câmara, que para a dimensão do Museu e para o tipo de estrutura que está ali, desempenhando já funções na área da cultura, poderia ir ocupar as funções de trabalho que ali será desenvolvido. -----

### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PS) »» Para dizer que a bancada do PPD/PSD subscrive a declaração de voto do Senhor Deputado Rui Pires. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Terminamos os pontos da Ordem de Trabalhos, porém, temos uma inscrição por parte do público, que é o Senhor Luís Miguel Gomes da Silva Marques Ferreira. -----

### -----PERÍODO DO PÚBLICO-----

----- (Artigo vigésimo sétimo) -----

**LUIS FERREIRA** »» Boa Noite. -----

Exmo. Senhor presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes Elementos do Executivo e restantes Elementos desta Assembleia. -----

Começo por perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia se me vão responder, e ou esclarecer sobre as perguntas que aqui foram expostas na última assembleia. -----

Em relação aos concursos quero aqui lembrar que já se passaram dez meses após a sua publicação e que os mesmos se encontram em diversas fases ou seja: -----

Ref. A – Técnicos Superiores da área do Desporto ainda só se realizou o 1º método ou seja Prova escrita de conhecimentos e que na mesma a grelha de correcção não corresponde á prova realizada. -----

Tendo sido recentemente efetuada a convocatória para a realização do 2º Método. ----

Ref. B – Assistente Técnico para o Ténis já se encontra a lista final homologada. -----

Ref. C – Assistente Técnico área do Desporto foi anulada o concurso e que os candidatos não foram notificados do mesmo. -----

Ref. D – Assistente Técnico de Audiovisuais e Ref. E - Assistente Técnico de Informática ainda nem sequer saíram as listagens dos candidatos admitidos e não admitidos a concurso. -----

Ref. F – Assistente Operacional para administrativo e receção das piscinas, foi afixada



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

a listagem final homologada. -----  
Ref. G – Assistente operacional para a manutenção e Ref. H – Assistente operacional Limpeza, ainda só se realizou o 1º método ou seja Prova escrita de conhecimentos. ---  
Em relação às provas de conhecimento realizadas pelos candidatos tanto na Ref. A como na F as grelhas de correcção não correspondem ao solicitado nos enunciados das respectivas provas de conhecimento. -----  
Houve candidatos que já reclamaram e obtiveram a resposta por parte do júri que a audiência de interessados só será efetuada no final da realização de todos os métodos e após publicação da lista de ordenação final. -----  
Pois segundo a Direcção Geral da Administração e Emprego Público a mesma deve-se realizar após cada método de selecção e remete para o ponto um do artigo trinta e seis da Portaria cento e quarenta e cinco - A de dois mil e onze que passo a citar. -----  
Artigo trinta e seis -----  
Audiência dos interessados e homologação. -----  
Um - À lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, bem como às exclusões do procedimento ocorridas na sequência da aplicação de cada um dos métodos de selecção ... -----  
Pois só se pode concluir que não estão a agir de boa-fé e de acordo com a lei. -----  
E ainda tem a vergonha de andar a dizer que cometeram o erro de não deixar a Alda nos primeiros lugares na prova de conhecimentos Porque assim tinham-nos calado. ---  
O que me espanta é ex-colegas de trabalho de alguns concorrentes, que integram os vários júris pactuarem com toda esta situação. -----  
Também como já aqui referi anteriormente não foi aprovado nenhum procedimento de despesa para a contratação de pessoal para prestação de serviços na área do desporto nomeadamente para leccionar actividades desportivas nas piscinas e no Desporto Sénior. -----  
Pergunto se ninguém está preocupado em saber como prestam este serviço e os seus honorários. -----  
E o engraçado é que foram logo contratar professores para desempenhar funções nas piscinas que obtiveram notas negativas na prova de conhecimentos que incidia quase na sua totalidade sobre a componente de natação. -----  
Queria ainda dizer a todos vós que tiveram aqui hoje a possibilidade de interromper o procedimento concursal como tantos de vós diz que era o que deveria acontecer. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No entanto tiveram hoje aqui a oportunidade de acabar com toda esta farsa e o que fizeram foi precisamente o contrário ou seja permitir que esta farsa continue. -----  
Eu próprio estou farto que me digam que os funcionários têm razão, que não foi nada disto que foi aprovado e acordado, vocês têm é que impugnar os concursos. -----  
Não poderia deixar de não dizer isto, existem funcionários da ex-Aldesc que foram para o desemprego pelos motivos que todos nós sabemos, não porque os seus postos de trabalho tenham sido extintos, talvez por guerras políticas, e neste momento estão a passar dificuldades pois viver hoje com quatrocentos euros mensais com filhos e despesas fixas de habitação, educação, água e luz não é fácil, pois anteriormente já não o era, coisa que muitos de vós não sabe o que é. -----  
E não houve sequer alguém que se tenha preocupado em saber se estavam a passar dificuldades pois para alguns está a terminar o fundo de desemprego e não conseguem arranjar emprego pois só no nosso concelho o desemprego está acima dos vinte por cento. -----  
Para Terminar gostaria de deixar aqui uma sugestão para bem da democracia, que a intervenção do público fosse no início para que os assuntos apresentados fossem discutidos no PAOD. -----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Não havendo mais inscrições, dou por terminada esta sessão. -----  
Boa noite senhoras e senhores. -----  
Às zero hora e cinquenta minutos do dia vinte e nove de Setembro de dois mil e doze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro – Secretário,

---

O Segundo – Secretário,

---